

Metade das mulheres brasileiras fica desempregada um ano após ter filho

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Percentual é menor entre quem tem maior nível de escolaridade, de acordo com pesquisa da FGV. Ser mãe para muitas brasileiras significa deixar o mercado de trabalho. Metade das mulheres fica desempregada 12 meses após o início da licença maternidade, seja porque é demitida, seja porque decide largar o emprego. É o que revela a pesquisa Licença maternidade e suas consequências no mercado de trabalho do Brasil, realizada pela Escola Brasileira de Economia e Finanças da Fundação Getúlio Vargas (FGV/EPGE). Baseado em dados do Ministério do Trabalho, o estudo acompanhou, até 2016, a presença no setor privado de 247.455 mulheres, com idade entre 25 e 35 anos no momento do afastamento, que tiraram licença maternidade entre os anos de 2009 e 2012. No momento da licença, todas estavam empregadas. Porém, a partir do fim do período de estabilidade (quinto mês após o parto) começa a queda. Neste momento, 5% das mulheres não trabalham mais. O percentual sobe no sexto mês, quando 15% das mulheres estão desempregadas. E, ao fim de 12 meses após o início da licença maternidade, 48% das trabalhadoras já estão fora dos seus postos de trabalho. No segundo e terceiro anos subsequentes, o percentual de afastamento permanece neste mesmo patamar. Os dados mostram que, por exemplo, no sexto mês após o início da licença maternidade 10% das mulheres foram demitidas por iniciativa da empresa sem justa causa. A pesquisa também aponta que, quanto maior o nível de escolaridade da mulher, maior a chance de ela continuar no mercado de trabalho. Segundo Cecilia Machado, professora da FGV/EPGE, apesar do percentual alto de desemprego ser homogêneo por todos os setores pesquisados, existe uma diferença significativa em relação ao nível educacional. Um ano após o início da licença maternidade, de acordo com o estudo, o percentual de mulheres afastadas era de 51% para aquelas com escolaridade inferior ao Ensino Fundamental completo; 53% para quem tinha o Ensino Fundamental completo; 49% para aquelas com o Ensino Médio completo; e 35% para as que tinham escolaridade acima do Ensino Médio. "Muitas vezes, as empresas treinam profissionais com elevado nível educacional e não querem perder esse investimento, o que aumenta os benefícios da permanência no emprego. Já as mulheres com menor qualificação são desligadas mais facilmente, pois a empresa não perde nenhum investimento", diz Cecilia, professora da FGV EPGE, que divide a autoria do estudo com Valdemar Neto, aluno de doutorado da instituição. Segundo ela, a diferença salarial também é algo que pode pesar. "Algumas mulheres têm um salário alto suficiente para contratar um cuidador para seus filhos, enquanto as com um nível educacional menor e um salário mais baixo precisam cuidar dos filhos por não conseguirem pagar uma creche ou uma babá". De acordo com a professora, a maioria das demissões ocorridas foram sem justa causa, mas isso não significa que somente o empregador optou pelo desligamento, já que existem incentivos para acordos de rescisão contratual por iniciativa do empregador. O estudo também compara o efeito na vida das mulheres da licença maternidade cidadã — incentivo fiscal dado pelo governo a empresas que aderem a uma política de licença maternidade mais longa, trocando os habituais 4 meses por 6 meses. De acordo com a professora, como é esperado, as mulheres ficam mais tempo empregadas nas empresas que aderem a esta política. Porém, essa vantagem é quase totalmente dissipada quando se olha um ou dois anos para frente. Para Cecilia, esse dado mostra que é preciso encontrar mais maneiras para garantir que a mulher permaneça no mercado após o nascimento de um filho. "Só estender a licença maternidade não é uma solução. As mulheres podem precisar de mais tempo de licença, mas o período crucial é após o encerramento do benefício". A taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho é bem mais baixa do que a dos homens no Brasil, segundo os dados de 2015 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No Brasil, em torno de 65% das mulheres com

idade entre 25 e 44 anos estavam empregadas. Para os homens, o percentual era de 88%. Levando-se em consideração apenas empregos com maiores demandas de horas (35 horas ou mais por semana), esta taxa cai mais para mulheres: a taxa fica em 45% para as mulheres e 77% para os homens. A presença de um filho pequeno na família é um dos grandes responsáveis pela baixa participação das mulheres no mercado de trabalho. O percentual de mulheres empregadas entre 25 e 44 anos e com um filho de até um ano de idade cai para 41%. E somente 28% destas mulheres trabalham 35 horas ou mais por semana no Brasil. No caso dos homens, o perfil é oposto: 92% dos homens com filhos de até um ano estavam trabalhando, sendo que 82% em atividades com 35 horas ou mais de carga horária semanal.



(Foto: Thinkstock)